

FONTANA, Fabiana Siqueira. O que é um arquivo? Rio de Janeiro: Unirio; Doutorado; Dr.^a Tania Brandão. Documentalista.

RESUMO

O artigo tem o objetivo de desenvolver algumas considerações iniciais acerca da contribuição que a pesquisa em arquivos (fundos) oferece à historiografia do teatro brasileiro. Para tanto, serão abordados alguns princípios arquivísticos que possam orientar a discussão sobre o diferencial que o documento de arquivo tem enquanto fonte histórica para nossos pesquisadores. Serão tratadas também questões sobre as espécies de documentos encontrados nos arquivos de instituições e centros de documentação no Rio de Janeiro que custodiam os documentos relativos à história do teatro no Brasil.

Palavras-chave: Arquivologia. Historiografia. Teatro Brasileiro.

RÉSUMÉ

Le article a l'objectif de développer certains considérations initiées sur la contribution que la recherche dans les archives (fonds d'archives) offre à l'historiographie du théâtre brésilien. Pour qui seront adressés certains principes de l'archivologie qui pourvoient guider la discussion sur l'écart que le document d'archive a comme font historique pour nous chercheurs. Il seront aussi traitée questions sur l'espèces de documents trouvées dans les archives de institutions et centres de documentation qui gardent les documents concernant l'histoire du théâtre brésilien.

Mots clés: Archivologie. Historiographie. Théâtre Brésilien.

O que é um arquivo? A questão, se simples, abriga nela mesma a discussão que procuraremos desenvolver neste artigo acerca da potencialidade que tais conjuntos de documentos apresentam, enquanto fonte de pesquisa, para a historiografia do teatro brasileiro.

A palavra arquivo pode ser empregada para designar tanto a instituição que guarda documentos públicos ou de importância histórica e cultural, quanto o material de que se ocupa a arquivística¹ (SCHELLENBERG, 2006). Devido a este duplo sentido da própria palavra arquivo, muitas vezes naturaliza-se a utilização destes ao referir-se aos arquivos apenas como depósito, ao indicar o local onde estão armazenadas as fontes utilizadas para a pesquisa historiográfica.

Carlos Bacellar (2010), visando orientar novos pesquisadores quanto ao “uso e mau uso dos arquivos”, trata destes conjuntos documentais a partir dos tipos de documentos, instrumentos de pesquisa e dificuldades de acesso que são recorrentes à atividade de busca por registros do passado nos arquivos. Mas, não há, por parte do historiador, uma preocupação de definir as especificidades

¹ Arquivística é a disciplina que se ocupa dos conjuntos de documentos denominados arquivos. Segundo Gagnon-Arguin (1998), a arquivística apresenta quatro setores principais relativos ao trabalho do especialista em arquivos: tratamento, conservação, criação e difusão.

que o documento de arquivo tem enquanto fonte histórica. Mesmo quando Bacellar trata da necessidade de contextualização do documento para a sua utilização é no sentido de entender o registro a partir de sua época, e não do conjunto do qual ele faz parte. Porém, o que o arquivo revela de especial para a pesquisa historiográfica reside no fato de que o documento de arquivo, por estar inserido em um todo, tem seu atributo de testemunho ampliado a partir do momento que o seu valor de prova ultrapassa as informações que se possa extrair dele enquanto unidade. Entretanto, para que se compreenda tal particularidade do documento de arquivo enquanto fonte histórica é preciso recorrer a algumas noções oriundas da própria disciplina Arquivística.

Salvo as variações encontradas no interior da área para a elaboração da definição do que é o arquivo enquanto material, pode-se dizer que os arquivos são conjuntos de documentos produzidos e recebidos (armazenados) no decorrer das atividades e no cumprimento de suas funções, por uma instituição, órgão administrativo ou indivíduo. De modo que a natureza dos arquivos é determinada, ela mesma, pelo seu caráter de conjunto, o qual é salvaguardado pelo princípio da proveniência que norteia o trabalho do arquivista. Este princípio “consiste em manter grupados, sem misturá-los a outros, arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes” de uma determinada instância, garantindo assim a constituição de um fundo de arquivo (DUCHEIN, 1986, p.14). Em decorrência destes imperativos da Arquivística, relativos à qualidade e à organização dos arquivos, certas características são atribuídas aos documentos que fazem parte de tais conjuntos. Uma delas serve, em especial, para a discussão sobre o diferencial que tais registros têm como fonte histórica: a *organicidade*². Segundo José Maria Jardim e Maria Odila Fonseca (1998), a *organicidade* é uma característica dos documentos de arquivo decorrente do fato de que estes documentos “estabelecem relações no decorrer do andamento das transações para os quais foram criados”, de forma que eles “estão ligados por um elo”, compondo “um conjunto indivisível de relações” (p. 375).

Logo, pode-se afirmar que as informações que podem ser obtidas durante a pesquisa em um arquivo diferem qualitativamente daquelas que se busca na análise de um documento enquanto item. Pois, o conhecimento sobre o passado se encontra contextualizado na própria relação que um documento estabelece com outro, e com o todo. De forma que, talvez, nos arquivos possa-se chegar mais perto da história enquanto processo, visto que o documento como fonte histórica tem seu significado redimensionado para além do registro de um fato. E é nesta qualidade do documento de arquivo que consiste o seu valor de prova, que amplia o seu caráter de testemunho para além do seu valor de informação. Rousseau e Couture (1998) explicam esta diferenciação e sobreposição do valor de informação e de prova de um documento de arquivo, lembrando que na arquivística “o todo é maior que a soma das partes”:

Cada documento [...] comprova uma ou mais informações nele encerradas e que, obviamente, nos dá a conhecer. É o valor de informação do documento. Além disso, o agrupamento de todos os documentos de uma pessoa física ou moral num conjunto

² De acordo com os autores, as outras três características próprias aos documentos de arquivo são: *autenticidade*, *naturalidade* e *unicidade*.

permite, sob certas condições, recriar o contexto de realização de um acontecimento, o que rodeia a vida de uma personagem ou de um organismo. Em suma, este conjunto volta a situar esse contexto ou esse meio circundante no tempo e no espaço, destacando-os através de uma perspetivação. É este o valor de prova que faz dos arquivos testemunhos privilegiados e objetivos das componentes da vida de uma pessoa física e moral que os constituiu (p. 90).

Portanto, o que parece estar em jogo quando se trata da especificidade do documento de arquivo como fonte histórica é a possibilidade de acessar o passado no desenrolar do próprio curso da história, através da análise daquilo que compõe o subterrâneo dos fatos históricos. Desta forma, a utilização dos arquivos como fonte para a historiografia do teatro brasileiro permite que se amplie a investigação deste de maneira a compreendê-lo enquanto um processo histórico-cultural, tendo em vista o seu desenvolvimento como setor social. O teatro, desta forma, pode ser estudado não só a partir das produções artísticas ou dos grupos, companhias e atores que dele fizeram parte — agentes e produtos circunscritos no âmbito da prática teatral no Brasil. Mas também, o teatro pode vir a ser analisado como um campo marcado por relações pessoais e interações com o poder, no interior de disputas, intercâmbios e diálogos.

Mas, onde estão estes arquivos que servem de fonte de pesquisa “privilegiada” à historiografia do teatro brasileiro? Primeiro, é preciso atentar-se para o fato de que são poucos estes conjuntos documentais que se encontram custodiados e disponibilizados para consulta por instituições privadas e governamentais. Pois, há outros tantos que estão perdidos, lançados à própria sorte, vistos como entulho e armazenados de forma indevida. Também não são muitas as instituições que se preocupam em adquirir e/ou tratar os arquivos que dizem respeito especificadamente ao passado do nosso teatro. Desta forma, percebe-se que o quadro relativo à memória do teatro no Brasil é alarmante. Entretanto, a partir de uma busca, ainda que sumária, pode-se elencar algumas das principais instituições, no Rio de Janeiro, responsáveis pelo processamento técnico e pela guarda de arquivos úteis à história do teatro brasileiro: Centro de Documentação da Funarte, Instituto Moreira Salles, Fundação Casa de Rui Barbosa, Academia Brasileira de Letras e Arquivo Nacional. Porém, as duas primeiras instituições, apenas, têm como meta a preservação de arquivos referentes à memória do teatro no Brasil. As demais custodiam arquivos que “servem” à pesquisa historiográfica acerca do nosso teatro, mas os quais foram recolhidos e armazenados porque são, antes, materiais importantes à memória da literatura e da imprensa no Brasil.

É necessário perceber que tal distinção feita entre estas instituições quanto ao material que visam investir de valor histórico é reflexo da escassez de políticas de preservação de arquivos próprios à memória do teatro no Brasil. Não é só o que se guarda que está sendo posto em questão a partir desta diferenciação. É preciso atentar-se, também, para o modo como o tratamento deste material deve ser realizado, tendo em vista a especificidade dos tipos de documentos³

³ Por tipos documentais entende-se a associação entre a espécie do documento (carta, ata, folheto) e sua função. São exemplos de tipos documentais: cartas régias, decretos-leis, litografias etc. (ARQUIVO NACIONAL, 2005). No âmbito do teatro, pode-se mencionar como tipo documental: programa de espetáculo, borderôs, croquis de figurino, entre outros.

que fazem parte de um arquivo “de teatro”, e da particularidade deste enquanto um conjunto orgânico de registros. Pois, ainda que a maioria dos arquivos disponibilizados para consulta por estas instituições seja da mesma natureza — arquivo pessoal⁴ —, o que existe no interior destes conjuntos, o motivo pelo qual os documentos foram criados e a demanda que eles visam atender são bastante diversos. Já que a literatura, a imprensa e o teatro são campos de atuação que têm sua própria maneira de funcionar.

Apesar de a maioria dos documentos tratados enquanto fundo de arquivo, levantados nestas instituições referidas acima, ser de ordem pessoal, tais conjuntos não são compostos somente por registros acerca da vida, das atividades e dos projetos dos indivíduos titulares de seus arquivos. Integram também estes arquivos pessoais documentos oficiais referentes aos órgãos que algumas destas personalidades comandaram. Como exemplo, vale citar a correspondência oficial do Serviço Nacional de Teatro que pode ser encontrada no arquivo pessoal de Thiers Martins Moreira, visto que ele esteve à frente do deste órgão entre 1948-51 (SILVA, 1988). Além disso, os temas tratados em cartas, recortes de jornais e diversas outras espécies de documentos que compõem os arquivos pessoais, muitas vezes, reportam a assuntos que eram discutidos por homens e mulheres de teatro inseridos em um contexto sociocultural de uma determinada época. Logo, a riqueza destes materiais como fonte histórica extrapola o âmbito da biografia, sendo lugares de memória privilegiados do teatro enquanto esfera social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2011.
- BACELLAR, Carlos. “Uso e mau uso dos arquivos” In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes Históricas**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 23-79.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos na arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, 10-14 (1): 14-33, abr. 1982/ago. 1986.
- JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. “Arquivos” In: CAMPELLO, B. S., CALDEIRA, P. T., MACEDO, V. A. A. (Org.). **Formas e Expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 367-389.
- ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

⁴ Segundo Heloísa Liberalli Bellotto (2006), um dos modos de definir arquivo pessoal é como: “o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de [...] pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades” (p. 266).

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, Beatriz Folly. (Org.). **Inventário do arquivo Thiers Martins Moreira.** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.